



ST7 – COOPERATIVISMO, ECONOMIA COLABORATIVA E DESENVOLVIMENTO

A FORMAÇÃO DE ARRANJOS PRODUTIVOS LOCAIS E SISTEMAS AGROALIMENTARES LOCALIZADOS COMO PROPULSORES DE FLUXOS ECONÔMICOS SOLIDÁRIOS

THE FORMATION OF LOCAL PRODUCTIVE ARRANGEMENTS AND AGRICULTURAL SYSTEMS LOCATED AS PROPELLERS OF SOLIDARY ECONOMIC FLOWS

Karina de Paula CARVALHO¹

Resumo: Em meio às transformações dos sistemas alimentares globais na atualidade, aqui está em análise a perspectiva que atribui *nexos* entre produção alimentar, saúde, sustentabilidade ambiental, pobreza e desigualdades. Este trabalho estabelece relações entre os conceitos de Arranjos Produtivos Locais e Sistemas Produtivos Agroalimentares Localizados como capazes de contribuir para reprodução socioeconômica das famílias extrativistas e agricultoras. A problemática que move este trabalho está na formação desses conceitos como mecanismos dinamizadores da produção alimentar destes grupos em conjunto de temas importantes que dizem respeito a qualidade de vida de todos os envolvidos no processo. Dentre os temas estão: Soberania e Segurança Alimentar e Nutricional; sustentabilidade ambiental; acesso a mercados e políticas públicas. A consolidação de APLs de alimentação e a ideia de sistemas localizados permitem entender como se dá a inserção da agricultura de base familiar nos mercados de produtos agroalimentares. A preocupação da SSAN permite adentrar por aspectos que se interligam, sendo de natureza social, econômica e cultural. É possível que o desenvolvimento de novas relações de mercado crie alternativas aos circuitos de distribuição convencionais ao mesmo tempo que gera desenvolvimento às localidades.

Palavras-chave: Sistemas agroalimentares. Soberania e segurança alimentar e nutricional. Sociobiodiversidade. Desenvolvimento local.

Abstract: Amid the transformations of global food systems today, here is an analysis of the perspective that attributes links between food production, health, environmental sustainability, poverty and inequalities. This work establishes relations between the concepts of Local Productive Arrangements and Localized Agrifood Productive Systems as capable of contributing to the socioeconomic reproduction of extractive and agricultural families. The problem that moves this work lies in the formation of these concepts as mechanisms that stimulate the food production of these groups together with important themes that concern the quality of life of all those involved in the process. Among the themes are: Food and Nutrition Sovereignty and Security; environmental sustainability; access to markets and public policies. The consolidation of food LPA

¹ Mestranda em Desenvolvimento, Planejamento e Território -PGDPLATUFSJ. E-mail: karinadepaula18@hotmail.com.



OBSERVADR





and the idea of localized systems make it possible to understand how the insertion of family-based agriculture in agri-food markets takes place. The concern of the FNSS allows to enter into aspects that are interconnected, being of social, economic and cultural nature. It is possible that the development of new market relations will create alternatives to conventional distribution circuits while generating development for the localities.

Keywords: Agrofood systems. Food and nutrition sovereignty and security. Sociobiodiversity. Local development.

INTRODUÇÃO

Este trabalho estabelece relações entre os conceitos de Arranjos Produtivos Locais (APLs) e Sistemas Produtivos Agroalimentares Localizados (SIALs) como capazes de contribuir para reprodução socioeconômica das famílias extrativistas e agricultoras rurais. Estes conceitos têm se mostrado úteis como alternativas de estudo e de proposição de políticas, para o fortalecimento e sustentabilidade das famílias em territórios rurais, capazes de criar estratégias de desenvolvimento local.

Em meio às problemáticas em torno do atual sistema de produção alimentar global, surgem questionamentos que estabelecem *nexos* entre produção alimentar, saúde, sustentabilidade ambiental, pobreza e desigualdades no mundo, como traz o relatório “*Unravelling the food–health nexus* do IPES-Food (2017). Os sistemas alimentares industriais estão sendo discutidos em várias frentes, desde novas formas de cooperação e geração de conhecimento até o desenvolvimento de novas relações de mercado que criam alternativas aos circuitos de distribuição convencionais.

Estes circuitos alternativos trazem as relações de proximidade, que dizem respeito ao envolvimento entre produtor e consumidor. Nesta perspectiva, os Arranjos Produtivos Locais que são definidos no conjunto das relações sociais de trabalho e de produção (MORAES, 2015), no caso da agricultura familiar, passa a se integrar em um complexo sistema de relações multidimensionais, e, por isso deve-se respeitar a historicidade e a especificidade que se dão tanto com o exterior quanto localmente.

Essa consolidação constitui-se em um Sistema Agroalimentar Localizado (SIAL), onde ocorre uma relação muito próxima entre os modos de produção dos bens e serviços, as preferências dos consumidores e a economia rural, sendo esta centrada na transformação e na comercialização de produtos vindos, predominantemente, de unidades rurais familiares de pequena escala (MORAES, 2015). Dessa forma, a consolidação de APLs de alimentação e a ideia de sistemas localizados permitem entender como se dá a inserção da agricultura de base familiar nos mercados de produtos agroalimentares. Isto pode ser dado pela ótica da produção de alimentos realizada em pequenos e médios empreendimentos rurais, podendo se colocar como possibilidades para gerar dinamismo do fluxo de riqueza e a promoção do desenvolvimento local de maneira endógeno.



OBSERVADR





Assim, surgem alguns vieses a respeito de como pode ser dada essa afinidade entre propor estratégias e ações integradas que sustentam as relações econômicas de produção e consumo, a qualidade de vida das famílias e a sustentabilidade ao longo de todo processo. Dessa forma, pergunta-se: como os sistemas e cadeias alimentares pela ótica dos APLs e dos SIALs tornam mais dinâmicos o fluxo de riqueza no meio rural? Como a abordagem da perspectiva sistêmica permite criar mecanismos e estratégias de produção para a reprodução social e econômica das famílias rurais e a garantia da segurança alimentar do produtor e do consumidor?

O objetivo geral foi discutir a formação de conceitos de APLs e SIALs como mecanismos dinamizadores da produção alimentar dos agricultores familiares em conjunto de temas importantes que dizem respeito a qualidade de vida do produtor e do consumidor. Dos quais são: Soberania e Segurança Alimentar e Nutricional (SSAN); sustentabilidade ambiental; acesso a mercados e a políticas públicas. Especificamente, buscou-se abordar estes conceitos como estratégias de promoção do desenvolvimento de maneira endógena e, em respeito e valorização das especificidades locais.

O trabalho aqui desenvolvido foi elaborado a partir de conceitos-chaves da área da economia regional aplicados a políticas e programas e, em função de sua finalidade, têm um caráter mais analítico descritivo. Primeiro foi feita uma descrição dos conceitos de APLs de alimentos e SIALs discutidos no Brasil aplicados à noção de desenvolvimento local e endógeno e a problemática existente na ideia da agricultura familiar como mecanismo de geração de emprego e renda. No segundo tópico discutiu-se as políticas públicas de fomento, a formação de cadeias e redes e apoios bem como suas configurações (instituições, organizações e sociedade civil) pela ótica da Soberania e Segurança Alimentar e Nutricional. Na última sessão discutiu-se o acesso das famílias aos mercados e o crescente movimento que traz uma produção agroecológica como fomento à reprodução socioeconômica das famílias rurais.

Arranjos Produtivos Locais e Sistemas Agroalimentares Localizados e o desenvolvimento local

Os Arranjos Produtivos Locais são geralmente definidos como agrupamentos de empreendimentos de um mesmo ramo, localizados em um mesmo território, que mantêm algum nível de articulação, interação, cooperação e aprendizagem entre si e com os demais atores locais: governo, pesquisa, ensino, instituições de crédito, dentre outros. De acordo com Tizziotti, Truzzi, Barbosa (2019), o Arranjo Produtivo Local (APL) tem sido estabelecido como uma relação que vai além da presença de um conjunto de empresas, ganhando característica de influência e ações de diversos atores locais. Isso reforça a ideia de sua capacidade e competitividade, em movimentar organizações governamentais e organizações da sociedade civil.

A formação de arranjos produtivos não depende somente de planos futuros, mas, faz parte de uma trajetória histórica, marcada por uma contínua construção de identidades que se consolidam pela criação de vínculos territoriais que podem ser locais ou regionais, a partir de uma base social, cultural, política e econômica comum (TIZZIOTTI, TRUZZI, BARBOSA; 2019). Esta concepção coloca a formação de APLs como estratégias de desenvolvimento local endógeno. Isto porque entende o território como o *locus* onde as ações são implementadas. O olhar para o território para



OBSERVADR





além de espaços físicos, permite com que metodologias de planejamento e estratégias sócio-econômicas e ambientais de desenvolvimento local, sejam munidos de conhecimento acerca dos processos em curso, relativos a um contexto determinado e, por extensão, dos processos de expansão das sociedades capitalistas no território.

De acordo com Reis (2003) o desenvolvimento possui um conteúdo territorial, assentado em dinâmicas locais, dadas as vantagens comparativas, existentes ou forjadas, de modo que os distritos industriais e tecnológicos e os sistemas territoriais de inovação são os espaços privilegiados onde se dá a competitividade das firmas e das nações. Dessa forma, “a noção de *desenvolvimento endógeno*, apoiada na ideia de que o território, com seus mercados e formas de regulação social, pode ser visto como a construção de margens de autonomia para as populações periféricas, já que as sequências industriais são multiformes e se sustentam por sobre atores públicos e privados territorializados” (REIS, 2003, p.6).

Essa perspectiva do desenvolvimento local/regional voltada para o território é resultada de estudos da Economia Regional sobre reestruturação produtiva e aglomerações territoriais. Dessa perspectiva surgiram as abordagens dos Clusters ou Arranjos Produtivos Locais (APLs), dos Sistemas Produtivos Localizados (SPLs) e dos distritos industriais, agroindustriais e agrícolas (MORAES, 2013).

De acordo com Moraes (2013), os debates acerca da formação e do papel das aglomerações produtivas se entrelaçam nos conceitos de “Arranjos Produtivos Locais (APLs)”, dos “Sistemas Produtivos Localizados (SPLs)” e dos “Sistemas Agroalimentares Localizados (SIALs)”. Para o autor, o domínio desses conceitos é considerado de grande importância para o equacionamento da noção de desenvolvimento local. Além de servir de base para políticas e instrumentos de produção e desenvolvimento de sistemas e cadeias agroalimentares e agroindustriais, mais ajustados ao perfil específico de cada território rural e de suas potencialidades locais.

Cumprir aqui dizer que o foco da discussão é contribuir para a ampliação da noção de APLs e SIALs, vistas a tratar as cadeias alimentares como dinamizadoras do desenvolvimento local e da agricultura familiar. Acredita-se que estes conceitos possam servir de base para políticas e instrumentos de produção e desenvolvimento de sistemas e cadeias agroalimentares, mais ajustados ao perfil específico de cada território rural e de suas potencialidades locais.

A agricultura familiar geradora de emprego e renda

As aglomerações produtivas agroalimentares e agroindustriais dos territórios rurais são compreendidas por uma nova perspectiva acerca do rural. Parte-se do pressuposto de que o território rural também é capaz de oferecer alternativas de emprego e renda e diversas outras formas de melhoria na qualidade de vida da população local. Entretanto, para oferecer isso, o território rural deve utilizar o seu potencial local, aproveitar as oportunidades externas e suas características históricas e culturais particulares e também estar integrado com a economia e a sociedade local (MORAES, 2013).

No entanto, embora a discussão do território traga a importância dos aspectos locais, estes sofrem



OBSERVADR





ações de diversas tendências globais. O sistema agroalimentar mostra isso de maneira bem expressiva. Maluf (2004) enfatiza que no sistema de produção agroalimentar é marcante a coexistência de processos de padronização e de diferenciação no consumo dos alimentos, cujos reflexos vão até a etapa da produção agrícola. Segundo o autor, de um lado, assiste-se à continuidade da concentração do processamento agroindustrial para fazer frente aos requisitos da produção em grande escala. A questão está nas consequências dessa tendência no comprometimento da sobrevivência da agricultura familiar nas regiões e nas cadeias produtivas onde ela tem presença tradicional.

O problema fica ainda maior quando se analisa a questão alimentar enfatizando a disponibilidade de renda monetária das famílias, diz Maluf (2004). Esta renda se configura como o principal condicionante do acesso aos alimentos por uma grande parcela da população. O autor adverte que é frequente as conclusões de que há oferta de alimentos em quantidade suficiente para a população mundial, sobretudo a brasileira. De acordo com o autor, o problema está em reconhecer que “a capacidade de adquirir os alimentos não implica dar como equacionada a questão da produção agroalimentar, principalmente quando se vai além da mera disponibilidade física de bens para considerar os aspectos socioeconômicos, culturais, espaciais e ambientais envolvidos na produção dos alimentos” (MALUF, 2004, p.3).

A forma que a produção agroalimentar se organiza, reflete as opções de desenvolvimento de um país (ou região) nesses aspectos mencionados, bem como determina as condições em que os alimentos são ofertados à população em termos de disponibilidade, qualidade e preço. Isto implica que “os processos de desenvolvimento econômico ligam-se à questão alimentar por motivos de ordem ética, econômica e política, e esta questão influi de forma decisiva no padrão de equidade social de uma sociedade” (MALUF; 2009, p.24).

A noção de desenvolvimento ganha a seguinte definição “entendo por desenvolvimento econômico o processo sustentável de melhoria da qualidade de vida de uma sociedade, com os fins e os meios definidos pela própria sociedade que está buscando ou vivenciando este processo” (MALUF, 2009, p.24). Posto dessa forma, a maneira como os países enfrentam os vários componentes da questão alimentar pode contribuir ou dificultar que esses processos promovam equidade social e melhoria sustentável da qualidade de vida de sua população.

Para Maluf (2004), os pressupostos de que o território rural também é capaz de oferecer alternativas de emprego e renda só serão superadas, quando algumas questões forem sanadas, sendo elas: (a) a equidade e a inclusão social em simultâneo a uma maior e mais diversificada oferta de alimentos à população produzidos sob formas sustentáveis; e, (b) a restrição de renda das famílias (por falta de ocupação ou por baixa remuneração do trabalho) constituído como fator macroeconômico que limita a expansão dos mercados de produtos agroalimentares.

O autor faz estas preposições com base num modelo kaleckiano em que a dinâmica econômica é estimulada pelo emprego. O autor ainda cita Sachs (1999) para reafirmar o papel das unidades familiares rurais geradoras de emprego e assegurando uma oferta crescente de alimentos. Outro autor citado é Amartya Sen, economista prestigiado nas discussões de desenvolvimento e equidade. Maluf (2004) traz, com base neste autor, que o duplo benefício da promoção dos



OBSERVADR





pequenos agricultores em termos da geração simultânea de renda e de alimentos constitui componente central de estratégias de desenvolvimento com equidade e segurança alimentar no Brasil (MALUF, 1995, *apud*, MALUF, 2004).

Vale ressaltar que a produção de alimentos não se constitui a única alternativa para assegurar geração de emprego e renda às unidades familiares rurais. Maluf (2004) coloca isso bem claro ao reпреnder que, estas são, no mais das vezes, pluriativas. Só não se pode esquecer que as rendas não agrícolas rurais ou urbanas podem dar importante contribuição para a reprodução daquelas famílias (nem todas) que dispõem de condições para desenvolver outras atividades. As mais frequentes são o turismo rural e o artesanato, além de ocupações pouco qualificadas e de baixa remuneração, associadas a uma atividade agrícola fragilizada.

Entretanto, o autor reconhece que as atividades de produção agroalimentar continua sendo elemento essencial para a reprodução das famílias rurais em condições dignas, tanto como fonte direta de renda monetária e de alimentos para o autoconsumo, quanto por fornecerem a base necessária para muitas das atividades não agrícolas. É neste ponto que a ideia de Sistemas Agroalimentares Localizados (SIAL), em vez de simplesmente utilizar a noção de APL ou SPL se torna importante. Isto porque os Arranjos Produtivos Locais referem-se a agrupamentos de empreendimentos de um mesmo ramo, geograficamente localizados, onde se mantêm algum nível de articulação. Apesar da importância disso tudo, a ideia de pensamento sistêmico permite compreender fenômenos transversais e multicausais.

A formação de cadeias alimentares pela perspectiva de SIALs complementa a noção de APLs e SPLs ao trazer algumas especificidades. São elas: (a) o papel específico dos bens alimentares, por serem os únicos que são literalmente incorporados pelos consumidores no ato de consumo, em vez de serem somente “utilizados” como os demais bens de consumo; (b) a especificidade da matéria-prima produzida, pois a atividade agroalimentar tem origem em uma matéria-prima agrícola, viva, heterogênea, sazonal e perecível; (c) a relação com o ambiente e com a gestão dos recursos naturais; (d) a vocação tradicional das atividades agroalimentares, mais do que outras atividades produtivas, marcadas por relações pessoais fortes do “saber-fazer” local (intransferível) e com os conhecimentos transmitidos por aprendizagem (MORAES, 2013, p. 23).

Moraes (2013) mostra que nos SIALs há uma relação muito próxima entre os modos de fabricação dos produtos e as preferências dos consumidores com a produção e a economia rural. A diferenciação está no fato que ser centrada na transformação e na comercialização de produtos, predominantemente vindos de unidades rurais familiares, com uma pequena escala produtiva. A importância maior, que não foi citada pelo autor, está na responsabilidade do setor de agricultura familiar em garantir o abastecimento de alimentos a níveis locais e regionais, seja pelas feiras livres, mercados municipais, mercearias, dentre outros.

Apesar da relevância das unidades agroalimentares de pequena dimensão nos SIALs, é certo também que estão presentes unidades de média ou de grande escala com características bem diferentes em relação aos vários aspectos organizacionais e produtivos. Dessa forma, apesar dos sistemas serem muito dinâmicos (algumas unidades evoluem para modelos produtivos maiores ou para modelos mais ou menos "tradicionais") um SIAL não pode ser formado exclusivamente por



OBSERVADR





médias ou grandes empresas, pois assim a dinâmica de interação entre elas e a troca de informações favorecidas pela proximidade estariam comprometidas (REQUIER- DESJARDINS, 2002, *apud*, MORAES, 2015).

Como visto, os SIALs, podem atuar como mecanismos de mediação entre os efeitos da globalização e as propostas de desenvolvimento local dos territórios (MORAES, 2013). Posto dessa forma, seu conceito não se dissocia das discussões sobre a construção social de mercados para produtos sustentáveis; condições de trabalho; acesso a mercados diferenciados; acesso a políticas de garantia de preços mínimos; garantia da Soberania e Segurança Alimentar e Nutricional, dentre outros.

Sistemas Agroalimentares Localizados e a Soberania e Segurança Alimentar e Nutricional

De acordo com Maluf (2004), uma das consequências das tendências do sistema agroalimentar dominante está na coexistência de processos de padronização e de diferenciação no consumo dos alimentos. Isso implica seriamente no comprometimento da sobrevivência da agricultura familiar nas regiões e nas cadeias produtivas onde ela tem presença tradicional.

Schneider, et al. (2016) trazem dados interessantes sobre a distribuição da produção de alimentos globais. Segundo os autores, atualmente cerca de 23% dos alimentos produzidos para consumo humano são comercializados internacionalmente. Mas, 77% dos alimentos produzidos no mundo ainda são consumidos em mercados nacionais e, sobretudo, locais. Às discussões acerca da “transnacionalização da produção alimentar”, de acordo com os autores, estão nos problemas que surgem a partir desse processo. Os mais expressivos são: a homogeneização das dietas alimentares, largamente baseadas na combinação de carboidratos e proteínas de origem animal, e os impactos ambientais generalizados.

Derivam dessa discussão uma longa lista de efeitos que podem ser citados. Já se notificam efeitos sérios à saúde humana, a contaminação do solo e das águas. Isso tem contribuído significativamente para a degradação da terra, bem como para a destruição de habitats naturais e perdas de biodiversidade selvagem em todo o mundo (IPES-Food, 2017).

Segundo o IPES-Food (2017) os caminhos da cadeia produtiva percorridos nesse sistema alimentar geram impactos negativos e por sua vez são múltiplos e interconectados. Do mesmo modo, falha com os próprios produtores de alimentos: “muitos pequenos agricultores lutam para emergir acima do nível de subsistência, muitas vezes sem acesso ao crédito, insumos externos, suporte técnico e mercados ou diante das incertezas de preços voláteis” (FAO, 2004; Graeb et al., 2016; *apud*; IPES-Food, 2017). O Brasil possui nesses últimos dez anos um conjunto de arcabouços legais², reconhecidos mundialmente, pela capacidade de unir governos e a sociedade civil no enfrentamento desses dilemas contemporâneos. Sejam eles: a dinâmica socioeconômica, em especial nos temas da pobreza; da fome; dos efeitos das mudanças climáticas; da conservação da biodiversidade; do comércio justo e inclusivo.

² Ver Leão, Marília. A construção social de um sistema público de segurança alimentar e nutricional: a experiência brasileira / Marília Leão; Renato S. Maluf – Brasília: ABRANDH, 2012.



OBSERVADR





A elaboração de um conceito de Segurança Alimentar e Nutricional no Brasil em conjunto com o Direito Humano à Alimentação Adequada foi a alavanca para se propor estratégias e ações em respeito aos princípios constitucionais da democracia participativa e representativa no âmbito alimentar em diversas escalas. O comprometimento do governo brasileiro no papel de resolver o problema da fome e das desigualdades latentes, na época, colocaram o Brasil num lugar privilegiado e de suma importância no cenário internacional. Isso ocorreu após propor que a segurança alimentar implica cinco atributos particulares da produção de alimentos, a saber: a produção deve ser suficiente, estável, autônoma, equitativa e sustentável. Dessa formulação seguem um conjunto de orientações que priorizam a agricultura familiar, o comércio local e também a integração dinâmica com a agroindústria alimentar (MALUF & REIS; 2013).

A discussão sobre o Direito Humano à Alimentação Adequada se insere nos anos 1980, devido a coexistência da fome em grandes proporções com uma produção mundial mais que suficiente para eliminá-la:

O objetivo final da segurança alimentar mundial é assegurar que todas as pessoas tenham, em todo momento, acesso físico e econômico aos alimentos básicos que necessitam (...) a segurança alimentar deve ter três propósitos específicos: assegurar a produção alimentar adequada, conseguir a máxima estabilidade no fluxo de tais alimentos e garantir o acesso aos alimentos disponíveis por parte dos que os necessitam (8ª Sessão do Comitê de Segurança Alimentar Mundial, em 1982, apud, MALUF & REIS, 2013, p. 6).

Segundo Leão & Maluf (2012) a adoção de um “sistema nacional” para a oferta das políticas públicas veio atender a tendência nacional de compreender os diversos setores da sociedade de maneira interdependente e indivisível. Então, a SAN se materializou na Lei 11.346, em 15 de setembro de 2006, e instituiu o Sistema Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional - SISAN - com vistas em assegurar o direito humano à alimentação adequada. Sua definição traz em seu sentido mais abrangente, o resultado da realização do direito à alimentação (acesso regular e permanente a alimentos adequados a todos) com as condições em que se produz e se comercializa o alimento, sem comprometer necessidades essenciais tendo como base práticas alimentares promotoras de saúde, que respeitem a diversidade cultural e que sejam social, econômica e ambientalmente sustentáveis.

A importância de se compreender os impactos que o sistema de produção alimentar pode causar a toda biodiversidade, além dos fatores econômicos está na responsabilidade de dar condições mínimas ao exercício dos direitos humanos. Principalmente onde os índices de insegurança alimentar estão mais latentes e se manifestam mais graves se referem aos indivíduos de determinados grupos sociais, classe social ou nível de renda; condição de gênero e geracional; raízes étnicas ou raciais. Quer dizer, os mais pobres estão mais expostos à insegurança alimentar (MALUF & REIS; 2013).

Quando se considera o conjunto da população de um país, a insegurança alimentar pode expressar dificuldade de acesso aos alimentos por falta de trabalho ou baixo nível de renda, restrições na disponibilidade de bens e na sustentabilidade dos modos pelos quais esses bens são produzidos. Dessa forma, diante do que foi exposto e com base na declaração das Organização das Nações



OBSERVADR





Unidas (ONU), em 2014, intitulando o ano Internacional da Agricultura Familiar (AIAF), este setor é reconhecido como a garantia da segurança alimentar e nutricional, ao promover a superação da fome e da pobreza e contribuir para o desenvolvimento sustentável das famílias rurais e da população em geral.

Nestes termos, a formação de arranjos produtivos alimentares locais integrados em sistemas, para fomento da agricultura familiar, traz a necessidade de se cumprir o conceito de Soberania Alimentar:

O direito dos povos de definir suas próprias políticas e estratégias sustentáveis de produção, distribuição consumo de alimentos que garantam o direito à alimentação para toda a população com base na pequena e média produção, respeitando suas próprias culturas e a diversidade de modos camponeses, pesqueiros e indígenas de produção agropecuária, de comercialização e de gestão dos espaços rurais, nos quais a mulher desempenha um papel fundamental. A soberania alimentar favorece a soberania econômica, política e cultural dos povos. (...) Defender a soberania alimentar é reconhecer uma agricultura com camponeses, indígenas e comunidades pesqueiras, vinculadas ao território; prioritariamente orientada a satisfação das necessidades dos mercados locais e nacionais. (...) A soberania alimentar é a via para (se) erradicar a fome e a desnutrição e garantir a segurança alimentar duradoura e sustentável para todos os povos” (Declaração final do Fórum Mundial de Soberania Alimentar, assinada pela Via Campesina, Havana, Cuba/2001, citado por BURLANDY e MALUF, 2011)

O conceito de soberania alimentar incorporado ao da segurança alimentar vem assessorar a ideia de novas alternativas ao sistema de produção alimentar dominante. Isto porque a soberania alimentar inclui priorizar a produção agrícola local para alimentação da população e acesso à terra, a água, às sementes e ao crédito para produção. Nesse contexto, reafirma-se a necessidade de reformas agrárias e da luta contra os organismos geneticamente modificados (OGM), para garantir o livre acesso às sementes e à preservação da água de qualidade como bem público (MORAES; 2013).

A fragilidade dos agricultores familiares no acesso a mercados, que são monopolizados, impulsiona a procura por novas dinâmicas de desenvolvimento. Nesse contexto emergem novos mercados, que coexistem com os circuitos comerciais já existentes, como as feiras, mercados integrados ao turismo, agroindústrias familiares e os institucionais, criando novos circuitos mercantis.

De acordo com o Ministério do Meio Ambiente (2017) essas novas organizações sociais integradas e transversais dão ao conceito de APLs característica colaborativa e participativa. Estas estão se delineando por meio de iniciativas locais, integrando, num primeiro momento, organizações locais e instituições de apoio, que se transforma conforme ocorre a formação e/ou o fortalecimento de redes de relações sociais. Elas se dão a partir da incorporação gradual desses diversos atores.

As estratégias para o dinamismo socioeconômico das localidades agrícolas

O estudo realizado pelo MMA (2017) sobre APLs de produtos da Sociobiodiversidade traz os



OBSERVADR





resultados de projetos desenvolvidos em alguns territórios de baixa relação econômica. Os dados levantados durante as visitas de campo e os aprendizados intercambiados nas oficinas sobre APLs mostram como estas famílias e comunidades utilizaram das características naturais para sua reprodução econômica e criaram cadeias produtivas na região.

Foram desenvolvidos o potencial econômico de algumas espécies tradicionalmente utilizadas por povos e comunidades tradicionais³, nos diversos biomas brasileiros. Alguns desses grupos das regiões Sudeste, Nordeste e Norte do país se organizaram e criaram organizações em forma de arranjos produtivos dos produtos da sociobiodiversidade. O objetivo era dar valor de troca no mercado para estes produtos com intuito de gerar inclusão socioeconômica desses grupos sociais no mercado e para a conservação ambiental, sendo o seu conteúdo considerado uma construção coletiva de todos os atores sociais envolvidos nesse processo.

Surge então a concepção do que seria estes “mercados diferenciados” pela ótica das organizações locais das regiões. Segundo o MMA, mercados diferenciados são considerados aqueles que oferecem preços mais justos aos produtos da Sociobiodiversidade. Eles proporcionam garantia de comercialização ao longo prazo e incorporam valores socioambientais aos acordos comerciais.

O conceito de “produtos da Sociobiodiversidade” ganha a seguinte conceituação:

São bens e serviços (produtos finais, matérias primas ou benefícios) gerados a partir de recursos da biodiversidade, voltados à formação de cadeias produtivas de interesse dos povos e comunidades tradicionais e de agricultores familiares, que promovam a manutenção e valorização de suas práticas e saberes, e assegurem os direitos decorrentes, gerando renda e promovendo a melhoria de sua qualidade de vida e do ambiente em que vivem. (Plano Nacional para a Promoção das Cadeias de Produtos da Sociobiodiversidade – PNPSB, *apud* MMA, 2013, p.14).

De acordo com o MMA (2017) esta concepção exige que a oferta de produtos da Sociobiodiversidade ao mercado esteja diretamente relacionada à capacidade de implementação de suas respectivas cadeias de valor, por meio do desenvolvimento dos elos extrativismo, processamento, distribuição, comercialização e consumo.

O conceito de cadeia de valor aplicados ao de Sociobiodiversidade considera a agregação de valores não monetários ao produto ao longo de suas etapas de produção. O Plano Nacional de Promoção das Cadeias de Produtos da Sociobiodiversidade – PNPSB conceitua a Cadeia Produtiva da Sociobiodiversidade como um sistema integrado, constituído por atores interdependentes e por uma sucessão de processos de educação, pesquisa, manejo, produção, beneficiamento, distribuição, comercialização e consumo de produto e serviços da Sociobiodiversidade, com

³ **Povos e Comunidades Tradicionais** são grupos culturalmente diferenciados e que se reconhecem como tais, que possuem formas próprias de organização social, que ocupam e usam territórios e recursos naturais como condição para sua reprodução cultural, social, religiosa, ancestral e econômica, utilizando conhecimentos, inovações e práticas gerados e transmitidos pela tradição (Política Nacional de Povos e Comunidades Tradicionais – PNPCT, *apud*, MMA, 2017).



identidade cultural e incorporação de valores e saberes locais e que asseguram a distribuição justa e equitativa dos seus benefícios (MMA, 2017).

A formação de APLs de alimentos pela perspectiva de cadeias de valorização dos produtos nativos regionais, permite configurações diversificadas ampliando e preservando os aspectos culturais e ambientais dos territórios. A exemplo do APL do Pequi e Outros Frutos do Cerrado, com atuação na região do Norte de Minas Gerais, que envolve 18 organizações locais e um núcleo gestor (MMA, 2017).

A configuração destes APLs da Sociobiodiversidade vem agregar valor aos produtos locais e regionais além de assegurar às famílias extrativistas e agricultoras rurais a garantia de um mercado característico. O conjunto desses atores sociais são capazes de criar espaços de governança, que, sendo exercida nos APLs se torna flexível e se transforma conforme o fortalecimento da organização social e a maturidade das relações de cooperação. Os espaços de governança, são constituídos na própria configuração dos APLs, por núcleos gestores ou coordenações enquanto espaços participativos de diálogo, planejamento de atividades e tomada de decisões.

A formação de APLs alimentares em respeito aos aspectos culturais, étnicos, sociais, ambientais passa por um conjunto de fatores sistêmicos. Existem alguns pontos críticos que podem inviabilizar o processo de formação da cadeia produtiva e por isso os diagnósticos são importantes. Uma maneira de analisar estes diagnósticos é pela perspectiva de sistemas⁴, pois esta abordagem permite entender os problemas locais- globais em diferentes escalas e interligados.

De acordo com Maluf & Reis (2013), uma série de problemas globais estão danificando a biosfera e afetando a vida humana de maneira alarmante, tais como o crescimento da pobreza e da fome, a escassez de recursos naturais, o colapso de comunidades locais, as epidemias e a própria violência. Dessa forma, a emergência do paradigma sistêmico está intimamente ligada a este contexto, pois seus principais expoentes nas mais diversas áreas do conhecimento “mostram que esses problemas precisam ser vistos, em última análise, como facetas de uma única crise que é, em grande medida, uma crise de percepção” (MALUF & REIS, 2013, p.2).

Do mesmo modo, a abordagem sistêmica permite entender que a noção de Sistemas Agroalimentares Localizados é atravessada por diversos fenômenos que são transversais e comprometem todos estágios do início ao fim da cadeia produtiva. Para Maluf & Reis (2013) alguns exemplos justificam a necessidade de uma abordagem sistêmica para analisar os alimentos e a alimentação. São eles: (a) as decisões dos agricultores sobre o quê e como produzir passaram a se orientar, crescentemente, pelas tendências do consumo alimentar urbano e das demandas provenientes dos agentes comerciais e da indústria processadora; (b) os recursos naturais, cuja disponibilidade interfere nas possibilidades produtivas e, conforme seja o manejo dos mesmos, pode afetar a sustentabilidade, no longo prazo, dos sistemas alimentares; (c) a ação econômica do Estado e as próprias políticas públicas desempenham papel decisivo na criação e consolidação dos

⁴ A noção de sistema alimentar supõe que existem elos e uma crescente articulação, em âmbito internacional, entre as diversas atividades relacionadas com os alimentos e a alimentação. Em outras palavras, ela descreve o estabelecimento de relações de interdependência sistêmica abrangendo a produção, distribuição e consumo desses bens (MALUF & REIS; 2013).



OBSERVADR





sistemas alimentares.

O MMA (2017) listou alguns obstáculos que as pessoas envolvidas na pesquisa relataram enfrentar. Podendo citar:

No processo produtivo ou extrativo

- A escassez dos recursos naturais, principalmente em regiões de semi-árido, ou provenientes de queimadas e do desmatamento; sazonalidade da produção; dificuldade de dimensionamento da produção local; dentre outros.

No processamento

- Falta de tecnologias sociais; falta de segurança e de condições dignas de trabalho; falta de infraestrutura básica (água tratada e energia elétrica); falta de estrutura física e equipamentos; dificuldade para atender às exigências sanitárias; alto custo do processamento.

Na distribuição e comercialização

- Preços baixos pagos pelo mercado; falta de mercado para produtos da Sociobiodiversidade; falta de logística de transporte; falta de capital de giro; dificuldade de gestão das organizações locais; dificuldade para a formalização jurídica das organizações locais; incidência de carga tributária elevada para as cooperativas.

No consumo

- Há um desconhecimento dos produtos da Sociobiodiversidade pelo consumidor, e da importância social, econômica, política e ambiental que eles carregam.

Essas barreiras à formação de uma cadeia produtiva em respeito aos aspectos sociais, socioeconômicos e ambientais se tornam difíceis e carecem de elaboração de estratégias bem coniventes. Todavia, já não bastando estes fatos característicos, ainda há outras que são inerentes ao processo de formação de APLs. Sendo as exigências sanitárias, tributárias e trabalhistas, que em muitos casos, acabam não sendo condizentes com a realidade socioeconômica e cultural dos territórios. De acordo com o MMA (2017), esse ponto crítico coloca a necessidade de uma maior articulação entre APLs, no sentido de se promover um amplo diálogo entre sociedade civil e governo a respeito da flexibilização dessas exigências, visando a construção de novos marcos legais para a viabilização dessas cadeias produtivas.

São muitos os arcabouços teóricos e metodológicos que foram desenvolvidos no Brasil para discutir a promoção do desenvolvimento local, enfatizando o fomento à agricultura familiar, a Soberania e a Segurança Alimentar e Nutricional com base nos sistemas alimentares de produção agroecológica. Podendo citar os trabalhos de Bonnal et al (2008), Maluf (2010). Estes endossam que os sistemas alimentares tenham na produção as “funções” de equidade social; diversidade



OBSERVADR





cultural; sustentabilidade, etc; e que garantam a reprodução socioeconômica das famílias rurais; a promoção da segurança alimentar das próprias famílias rurais e da sociedade; a manutenção do tecido social e cultural; além da preservação dos recursos naturais e da paisagem rural.

Diante de tudo que foi exposto, a construção de mecanismos de reprodução socioeconômica, cultural de determinados grupos sociais, visando a promoção do desenvolvimento local/regional, na linguagem sistêmica exige a delimitação do que são fatores endógenos e exógenos ao processo. De um lado se analisa as relações simbióticas e as interações construídas na ação desses fatores e por outro lado, se considera os reflexos sistêmicos da ação dos fatores exógenos sobre os componentes endógenos do sistema. Neste sentido, a elaboração e execução de políticas públicas e programas sociais de fomento à agricultura, ao extrativismo e a redistribuição de renda são essenciais.

A respeito disso, o Brasil possui uma larga experiência no combate à fome, às desigualdades sociais via políticas de fomento ao crédito rural, de redistribuição de renda, de qualificação profissional, dentre muitas. Dentre eles, pode-se citar: O Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (Pronaf); Ação de Apoio a Projetos de Infraestrutura e Serviços em Territórios Rurais (Proinf); Programa Nacional de Acesso ao Ensino Técnico e Emprego (Pronatec); Programa Nacional de Aquisição de Alimentos (PAA); Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE); Luz para Todos; Água para Todos; Leite Pela Vida; Bolsa Família. Os impactos da ampliação destes programas de efeitos endógenos e exógenas não se limitam às famílias beneficiadas, mas atingem o comércio e a produção locais.

Considerações finais

Este trabalho foi desenvolvido com a justificativa de preencher, pelo menos em parte, a lacuna existente entre os conceitos de aglomerações produtivas pela formação de APLs e de SIALs e a responsabilidade com a sustentabilidade ambiental e a garantia da SSAN da população em geral. Ele se mostra relevante por futuramente poder contribuir com a elaboração de outras discussões mais aprofundadas dos conceitos aqui apresentados.

É preciso estabelecer estratégias e ações de valorização de produtos com atributos diferenciados de qualidade, pois cria novas oportunidades de mercado, muitas das quais acessíveis aos agricultores de pequeno e médio porte. As novas possibilidades de inserção da agricultura familiar nos mercados agroalimentares com base em estratégias autônomas passam por uma ótica de “construção de mercados” adequada à realidade dos agentes econômicos de pequeno porte.

Pode-se concluir que o conceito de “Sistemas Agroalimentares Localizados” empregado para definir um complexo de cadeias que abrangem a produção, distribuição e consumo de produtos agrícolas e alimentícios, se dá muito bem nos estudos da dinâmica econômica. Possui grande contribuição social em modelos de desenvolvimento que tenham a SSAN como componente estratégico. A importância do sistema na geração de emprego no conjunto das atividades de produção e distribuição dos alimentos é uma estratégia para a superação das características perversas do desenvolvimento econômico capitalista.



OBSERVADR





Por fim, o desenvolvimento destes APLs nos SIALs é um mecanismo estratégico de promover maiores fluxos econômicos às localidades com baixa relação econômica e pouco estímulo ao desenvolvimento local. Dessa forma, a perspectiva participativa, colaborativa e cooperativa dos atores sociais envolvidos no processo permite à economia local um caráter mais solidário e condizente com a realidade, com a cultura e as especificidades locais. Em respeito a biodiversidade e a garantia da vida futura.

REFERÊNCIAS

BONNAL, Philippe; CAZELLA, Ademir A.; MALUF, Renato S. Multifuncionalidade da agricultura e desenvolvimento territorial: avanços e desafios para a conjunção de enfoques. **Estudos Sociedade e Agricultura**, v.16, p.185 – 227, 2008.

BRASIL. Ministério do Meio Ambiente. **Arranjos produtivos locais: APLs de produtos da sociobiodiversidade** / Ministério do Meio Ambiente – Brasília, DF: MMA, 2017.

BRASIL. **Referencial teórico e metodológico para implantação da política e do sistema nacional de segurança alimentar e nutricional nos municípios: a experiência do paraná.** Org. MORAES, Iva Sandra Ferreira; LANG, Regina Maria Ferreira.

IPES-Food. 2017. Unravelling the Food–Health Nexus: Addressing practices, political economy, and power relations to build healthier food systems. The Global Alliance for the Future of Food and IPES-Food.

LEÃO, Marília. A construção social de um sistema público de segurança alimentar e nutricional: a experiência brasileira / Marília Leão; Renato S. Maluf – Brasília: **ABRANDH**, 2012.

MALUF, Renato S. Mercados agroalimentares e a agricultura familiar no Brasil: agregação de valor, cadeias integradas e circuitos regionais. **Ensaio FEE**, Porto Alegre, v. 25, n. 1, p. 299-322, abr. 2004.

MALUF, Renato S. Programas de desenvolvimento rural sustentável e a agricultura familiar no Brasil: enfoques, atores e escalas. **Raízes**, v.28-29, p.19 – 26, 2010.

MALUF, Renato S. **Segurança alimentar e nutricional** / Renato S. Maluf. 2. ed. – Petrópolis, RJ: Vozes, 2009.

MALUF, Renato S.; REIS; Márcio C. Segurança alimentar e nutricional na perspectiva sistêmica In: Rocha, C., Burlandy, L. e Magalhães, R. (orgs.), **Segurança alimentar e nutricional: perspectivas, aprendizados e desafios para as políticas públicas.** Rio de Janeiro: Editora FIOCRUZ, 2013, v.1, p. 43-68.



OBSERVADR





II SLAEDR SIMPÓSIO LATINO-AMERICANO DE ESTUDOS DE DESENVOLVIMENTO REGIONAL
VI SIDER SEMINÁRIO INTERNACIONAL DE INTEGRAÇÃO E DESENVOLVIMENTO REGIONAL
III SIDETEG SEMINÁRIO DA REDE IBERO-AMERICANA DE ESTUDOS SOBRE DESENVOLVIMENTO TERRITORIAL E GOVERNANÇA
04 A 06 DE NOVEMBRO DE 2020

MORAES, Jorge Luiz Amaral de. **Formação de um Sistema Agroalimentar Localizado (SIAL) na Região Vale do Caí (RS)**. Universidade de Santa Cruz do Sul e Faculdades Integradas de Taquara Informe Gepec, Toledo, v. 19, n. 2, p. 6-22, jul./dez. 2015.

MORAES, *Jorge Luiz Amaral de*. O papel dos Sistemas e Cadeias Agroalimentares e Agroindustriais na formação das aglomerações produtivas dos territórios rurais. **COLÓQUIO - Revista do Desenvolvimento Regional** - Faccat - v. 10, n. 1, jan./jun. 2013.

REIS, Márcio Carneiro dos. **Desenvolvimento Local e Identidade Territorial**. IX Colóquio Internacional. Sobre Poder Local. Salvador, 15 a 19 de junho de 2003

SCHNEIDER, Sergio. SCHUBERT, Maycon. ESCHER, Fabiano. Regimes Agroalimentares e o lugar da Agricultura Familiar – uma apresentação ao debate **Revista Mundi Meio Ambiente e Agrárias**. Curitiba, PR, v.1, n.1, 3, jan./jun, 2016.

TIZZIOTTI, Catarine Palmieri Pitanguí; TRUZZI, Oswaldo Mário Serra; BARBOSA, Agnaldo de Sousa. Arranjos produtivos locais: uma análise baseada na participação das organizações locais para o desenvolvimento. **Gest. Prod.** São Carlos, e 26, n. 2,



OBSERVADR

